



Anais da Assembléia

Nº 44

CURITIBA, SEXTA-FEIRA. 08 DE MAIO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1981
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Leônidas Chaves.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Tadeu Lúcio Machado, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (33), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Fideleino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, João Elísio, José Tavares, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Valduga (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem.

MENSAGEM 39/81 Curitiba, 30 de abril de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o novo Estatuto da Polícia Civil do Estado.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, aprimorando e consolidando a atual legislação pertinente, virá dotar a Polícia Civil do Estado do Paraná de estrutura orgânica e diploma legal básico plenamente capazes de ensejar condições no sentido de ser obtida expressiva dinamização das atividades públicas no campo da Segurança Pública.

A inclusa cópia autêntica do Ofício número 304/81, de 31 de março de 1981 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da justificativa a ele apensada, apresentam o devido detalhamento sobre a necessidade da medida proposta.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

(O anteprojeto será publicado em avulso)

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Gabinete

Nº 304/81

Curitiba, 31 de março de 1981.

Senhor Governador:

A Polícia Civil do Estado do Paraná vem, há muitos anos, reivindicando um Estatuto próprio que englobe deveres, vantagens e toda a gama de peculiaridades a ela inerentes.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Anteprojeto que ora está sendo encaminhado à vossa consideração é o resultado de um trabalho exaustivo, realizado por funcionários desta Pasta, representados pelas diversas categorias funcionais que integram o Quadro de Servidores da Polícia Civil e por Técnicos indicados pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

A Lei Complementar número 03, de 14 de maio de 1974, ainda em vigor, apresentou, durante a sua aplicação, uma série de falhas que foram corrigidas no Anteprojeto de que trata este expediente.

A Justificativa nele inserida, demonstra, por si só, as importantes modificações introduzidas, quase todas elas voltadas para o fortalecimento da hierarquia, da disciplina e simplificação dos Procedimentos Administrativos destinados a esses fins.

Naquele diploma legal, ficam os servidores policiais civis vinculados ainda, à Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, o que tem acarretado, até esta data, embaraços na aplicação de ambas as legislações.

Reconhecemos, Sr. Governador, que este trabalho só pode ser concluído de forma compatível a atender os anseios de todos os servidores policiais civis do Paraná, graças à sensibilidade de Vossa Excelência, que é um profundo conhecedor dos assuntos da segurança pública.

Ao ensejo em que apresentamos a Vossa Excelência os nossos agradecimentos, renovamos protestos de estima, consideração e respeito.

(a) HAROLDO FERREIRA DIAS
Secretário de Estado

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 56, preceitua a organização da Polícia Civil, mediante a elaboração do Estatuto próprio, estabelecendo:

I — carreiras em todas as categorias funcionais;

II — órgão colegiado específico com atribuições, entre outros que a lei estabelecer, para controle;

a) do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) do regime disciplinar.

III — Integração da Escola de Polícia Civil.

IV — provimento dos cargos de carreira de Delegado de Polícia por Bacharel de Direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos, inclusive nas sedes comarca.

Com base no aludido preceito constitucional, a vigente Lei Complementar número 03, de 14 de maio de 1974, estabelece uma aplicação parcial do ordenamento jurídico-administrativo, pelo qual regem-se os servidores policiais civis implicitamente no seu relacionamento com o Estado.

A relativa abrangência desse ordenamento a demandar a aplicação do disposto na Lei 6174, de 16 de novembro de 1970,

(Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), veio tornar complexa e sistemático jurídico-administrativa incidente na relação do servidor policial civil — Estado. A desvinculação dos policiais civis do referido Diploma Legal, disciplinador da vida funcional dos funcionários civis em geral, impõe-se urgenciada pelos entraves do dia a dia, convindo referir, dentre outros, a situação dos servidores em estágio probatório ainda não abrangidos pelo estatuto policial, representando significativo óbice a impedir uma melhor fiscalização dos requisitos a que o policial deve cumprir no período de estágio.

Assim, este anteprojeto procura sanar as dificuldades atuais de melhor institucionalizar o organismo policial civil, atendendo de “per se” a multiplicidade de direitos e deveres, em equilibrada inserção de instrumentos facilitadores do melhor desempenho funcional, até da ação ínsita à responsabilidade dos órgãos de cúpula policial.

A legislação do pessoal contida neste anteprojeto, não discrepa do atual tratamento dispensado ao funcionalismo civil do Estado, mantendo-se contudo as peculiaridades da área policial civil. É de mencionar a inclusão do direito à pensão especial, dos dependentes do servidor falecido, nos moldes da legislação em vigor.

Relativamente ao pessoal aposentado, prevê este anteprojeto a adoção do sistema vigente, remetendo-se a legislação atual que regula a matéria.

Com relação às carreiras policiais civis, o anteprojeto consubstancia a criação da carreira de carcereiro, extremamente necessária em face das responsabilidades a que se envolvem os administradores das inúmeras cadeias públicas do Estado, como ainda, dispõe, pela criação das carreiras de Técnicos e Auxiliares de Manutenção Policial, para o exercício de atividades especializadas de assistência técnica e segurança de viaturas policiais. A transposição dos atuais investigadores criminais para a carreira de Detetive, visa tornar mais efetiva pela redução do escalonamento hierárquico, o trato operacional entre o Delegado de Polícia e os agentes da autoridade policial, e também, melhor ajustar o nivelamento profissional de carreiras afins.

O ajustamento ora proposto, nas carreiras integrantes do Quadro da Polícia Civil, permitirá adequar o exercício das complexas atividades policiais civis, com o objetivo crescente de criar condições de trabalho satisfatórios ao longo de perfis de desempenhos bem definidos.

A par dessa providência, o aproveitamento, no mesmo Quadro, de antigos servidores estatutários que labutam há mais de dois anos na Polícia Civil, em funções típicas das carreiras auxiliares policiais, releva-se medida de extrema relevância, pois garantirá a esses servidores a obtenção das vantagens da ascensão profissional estruturada decorrente do merecimento funcional.

Convém assinalar a adoção de novos ritos procedimentais disciplinares, no tocante aos prazos vigentes e ao ordenamento racional da matéria explicitada no capítulo que trata do regime disciplinar, fruto da observação assinalada no curso da aplicação da legislação estatutária vigente.

A proposta que ora se remete, visa fundamentalmente criar condições de revitalizar a estrutura funcional da Polícia Civil, disciplinando-a, através de um único instrumento legal e fortalecendo-a como instituição garantidora da manutenção da ordem pública, fator preponderante para assegurar o equilíbrio social da comunidade paranaense.

— Ao Departamento Legislativo.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, indico para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Consumidor os seguintes Srs. Deputados:

Membros Titulares:

GABRIEL SAMPAIO
JURANDIR MESSIAS
ANTÔNIO COTRIM
LÁZARO DUMONT

Membros Suplentes:

GABRIEL MANOEL
FUAD NACLI
WERNER WANDERER
FLORISVALDO PALÁCIOS

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família SALVADOR LEONEL da cidade de Ribeirão Claro, neste Estado, votos de profundo pesar pelo recente falecimento de seu chefe.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) PALÁCIOS

Apoio: GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que, o Sr. Salvador Leonel foi um dos pioneiros na fundação e desenvolvimento de Ribeirão Claro.

Com seu falecimento, a cidade perde um batalhador, homem honesto, dedicado à família e um político eminente, que lutou e trabalhou para o desenvolvimento da comunidade ribeiro-clarense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GENAURO MACHADO, ocorrido ontem, nesta Capital.

Outrossim, requer ainda que após aprovação deste, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à COPEL, solicitando a imediata instalação de iluminação pública nos Bairros Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR 1 e Vila Pérola, no Município de Foz do Iguaçu.

A área onde estão localizados os bairros acima citados, pertencem ao patrimônio da União, porém se encontra ocupada por moradores há mais de vinte anos. Os moradores possuem pequenas propriedades no local e todos se encontram delimitados e cadastrados na Prefeitura Municipal.

Todos os proprietários dos terrenos vêm pagando seus impostos municipais desde 1976, porém os serviços prestados pela municipalidade e pelo Governo do Estado, são esporádicos e precários.

Não há escola nas vilas, e os que quiserem estudar são obrigados a caminhar enormes distâncias até as escolas dos bairros próximos ou até os colégios do centro da cidade. Problemas mais graves sofrem os que estudam à noite, porque os ônibus não entram nos bairros, deixando os alunos na Av. JK, e dali para casa os alunos têm que andar nas ruas esburacadas e escuras, pondo em perigo suas próprias vidas. Todos pagam taxa de iluminação pública, mas não existe no local lâmpada alguma.

Requer ainda, o envio de cópia deste, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e ao Vereador Sérgio Spada.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário do Interior, RENATO JOHNSON, e ao Presidente da TELEPAR, GILBERTO GARBI, solicitando a instalação de um rádio monocal no Distrito de São Luiz, Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Luiz, no Município de Marialva, encontra-se praticamente isolado no que concerne às facilidades de comunicação.

A instalação de um rádio monocal, que ora requeremos, virá beneficiar enormemente a sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o telex abaixo ao Sr. Presidente da República, General João Baptista Figueiredo:

“TRANSMITIMOS VOSSÊNCIA INTEGRAL APOIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA, DEFENDENDO ELEIÇÕES DIRETAS TODOS OS NÍVEIS, REPUDIANDO TESE PRORROGAÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES, URGENCIANDO AS LEIS ELEITORAIS E DANDO COMBATE AO TERRORISMO, NA APURAÇÃO E PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELOS ÚLTIMOS ATENTADOS”.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Srs. Ministros do Planejamento e da Agricultura, bem como aos Srs. Presidentes do Banco Central e Banco do Brasil S/A, solicitando sejam tomadas providências quanto ao estudo de uma considerável redução na atual taxa de juros aplicada sobre os empréstimos para investimentos agrícolas ou agropecuários, conforme solicitação feita pela Associação Comercial e Industrial de Toledo — ACIT — por proposição apresentada na IX Reunião Plenária da CACIOPAR, realizada em Medianeira, em 11/04/81.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Levando em consideração a elevação para 73 por cento anuais a taxa de juros para investimentos agrícolas ou agropecuários, tal situação levará os agricultores e pecuaristas a trabalhar somente para pagar, na melhor das hipóteses, os referidos juros desse empréstimo, sofrendo assim uma total descapitalização.

Assim sendo, solicitamos a especial atenção e urgência no atendimento ao caso em tela.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. OSCAR ALVES, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a viabilização da construção da Unidade Sanitária, no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Recebemos há dias passados, um ofício oriundo da Câmara Municipal de Corbélia, solicitando a interferência junto à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, para que seja viabilizada a construção da Unidade Sanitária na sede do município.

Segundo consta do referido ofício, o posto de Saúde que atende a população daquele município, já apresentou sua utilidade por muitos anos, porém atualmente não chega a satisfazer as necessidades mínimas exigidas para um tratamento das pessoas carentes que até lá se dirigem com a finalidade de um atendimento.

Tendo por objetivo esta reivindicação, o bem estar daquela população. temos certeza que seremos atendidos em nosso apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado aos Srs. Presidentes do Conselho Monetário Nacional, Banco do Brasil e Banco Central, solicitando sejam proporcionado “um substancial aumento no limite de empréstimos à pequena e média empresa, mas com juros de crédito subsidiado”, conforme solicitação feita pela Associação Comercial e Industrial de Toledo — ACIT, por proposição apresentada na IX Reunião Plenária da CACIOPAR, realizada em Medianeira, Pr., em 11/04/81.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O solicitado acima, virá trazer às pequena e média empresas, uma solução para que as mesmas sobrevivam a essa difícil situação econômica em que estão atravessando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação do Estado, solicitando providências no sentido de criar a Escola de Segundo Grau, no bairro denominado Jardim Leonor, em Londrina, atendendo às reivindicações de enorme segmento da população.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1981.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Venho solicitar do Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, Dr. Edson Machado de Souza, no sentido de levar em consideração a reivindicação de alguns bairros da cidade de Londrina, cujos alunos se deslocam dos Jardins: Leonor, Santa Rita, Santiago, Mônaco, São Martinho e Santa Madalena, a fim de cursarem os Colégios de Segundo Grau, exatamente por falta deste estabelecimento de ensino. Temos que considerar também que a população dos referidos bairros, atualmente, ultrapassa 45 mil habitantes, portanto, são inúmeros alunos que, após o término do primeiro grau, procuram escolas de segundo grau.

Com a criação de uma Escola de Segundo Grau localizada no Jardim Leonor, pela situação geográfica, dará atendimento satisfatório aos bairros mencionados.

Diante do exposto, acreditamos no espírito intuitivo do Excelentíssimo Sr. Secretário, no tocante ao problema, e esperamos contar com agilização de criação, em regime de urgência, da Escola de Segundo Grau para o Bairro Jardim Leonor, em Londrina, que por sua vez constitui num educandário centralizante.

A medida cobrirá uma grande lacuna, na área de ensino de Segundo Grau, e virá de encontro às reivindicações de um enorme segmento da população londrinense.

Esta será mais uma efetiva contribuição por parte dessa Secretaria em relação à expansão do ensino em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, de um apelo em favor dos servidores da Coordenação da Receita do Estado, no sentido de ser estudada a possibilidade de assegurar o acesso automático dos ocupantes dos cargos de Agente Fiscal à série de classes imediatamente superior, mediante a comprovação de grau de escolaridade de primeiro ou segundo grau, conforme o caso, segundo o espírito da Lei número 7051, de 06 de dezembro de 1978.

Este apelo, Sr. Presidente, se fundamenta na intenção de valorizar e incentivar o aprimoramento intelectual do servidor, em benefício da eficiência e da produtividade do aparelho arrecadador e fiscalizador do erário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos recentemente no Município de Santa Helena, quando tivemos oportunidade de ouvir a explanação do S. Secretário do Interior, Renato Johnsson, sobre um dos projetos de grande importância para a região.

Trata-se de uma preocupação do Governo do Estado em evitar que com o lago de Itaipu surjam consequências danosas para a saúde da população.

A construção da barragem de Itaipu, com a conseqüente formação do lago, evidentemente modificará o ecossistema regional.

Aos efeitos negativos ou nocivos, devem ser adotadas medidas de controle, até que o desequilíbrio tenda a um novo sistema em equilíbrio.

A carga poluidora remanescente proveniente do despejo doméstico e industrial, a excessiva quantidade de fertilizantes aplicados na agricultura e sedimentos de montante, favorecerão a um ambiente propício à proliferação de vetores transmissores de doenças para o homem.

Esta condição é ainda mais acentuada, pela variação do nível do reservatório, devido topografia regional que varia de 01 a 03 por cento de declividade do solo, e que estimada a oscilação do nível de água em 25 centímetros, representa uma variação da área molhada de 08 a 30 metros. Outro ponto ainda como problema a ressaltar, é a perspectiva no crescimento populacional ribeirinho.

Face a essas situações, a Secretaria de Estado do Interior, através da SUREHMA, buscou soluções alternativas,

visando minimizar as conseqüências nocivas provocadas pelo reservatório e que proporcionassem melhor qualidade de vida, assegurando a saúde e bem estar da população.

Assim, a solução técnica viável encontrada foi a construção de taludes, em locais estudados previamente, os quais, além de recuperarem áreas, reduzem a áreas de contato da água com o solo.

Nestas áreas recuperadas, será implantada uma infraestrutura de urbanização, disposta de forma harmônica para os diversos usos.

Concomitantemente, a drenagem urbana, o esgotamento sanitário e vias serão adaptados à malha urbana existente, para que o sistema de urbanização tenha a eficiência desejada.

Paralelamente à essa infraestrutura, serão aproveitadas essas áreas para o lazer. Assim, serão destinadas áreas para arborização, pesca e esportes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No encontro que tivemos com as lideranças comunitárias de Santa Helena, o projeto de controle sanitário e aproveitamento turístico dessa área, foi submetido pelo Sr. Secretário Renato Johnsson, para que a população do município pudesse opinar sobre as obras que serão realizadas.

Como se pode notar, o Governo está atento com os problemas que possam afetar a saúde pública, e por outro lado, aproveita a infraestrutura dessas obras para recompensar a população com uma área destinada para o lazer.

Podemos adiantar, também, que projetos de controle sanitário, igualmente, estão sendo elaborados para Guaíra e Porto Mendes, no Município de Mal. Cândido Rondon.

Nós, naquele dia que o Secretário do Interior, Dr. Renato Johnsson, esteve em Santa Helena, tivemos a oportunidade — como já frisamos anteriormente — de estudar junto com esta comunidade — já que é a única cidade que será banhada pelo lago de Itaipu, estará do lado de Itaipu — ver os benefícios que pode trazer.

O Governo tem obrigação também de compensar aqueles agricultores, aqueles moradores de Santa Helena. Devem ser compensados com obras de vulto, já que o município e praticamente todos os municípios que serão prejudicados pelo futuro lago de Itaipu, o Governo do Estado tem obrigação de compensar estes municípios.

E nós voltamos ontem de Brasília, conversamos com o Ministério do Planejamento e estamos vendo que, de fato, o Governo Federal e o Governo Estadual vão compensar aqueles municípios com obras de vulto, como é o caso de abastecimento de água no Distrito de Porto Mendes, esgoto na cidade de Santa Helena e outras obras que o Governo vai fazer lá.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, por designação desta Assembléia, participamos, em Minas Gerais, do Encontro dos Cafeicultores do Brasil. Pudemos conhecer, naquela oportunidade, em detalhes, todos os problemas que afligem o setor, em várias regiões do País, notadamente São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Hoje, ocupamos esta tribuna, para enaltecer uma iniciativa da Associação Paranaense dos Cafeicultores, que está em vias de se concretizar. Trata-se do lançamento de uma campanha a nível estadual, visando o estímulo ao consumo do café verde, para ser torrado e moído em casa. Tal iniciativa, se adotada pela população, viria a provocar o aumento da demanda interna, devido ao preço mais baixo.

Atualmente, um quilo de café torrado e moído custa ao consumidor, 237 cruzeiros e 60 centavos. Um preço praticamente proibitivo, sem dúvida alguma, para as camadas menos favo-

recidas da população, afligidas por níveis inflacionários astronômicos.

Segundo as previsões da Associação Paranaense dos Cafeicultores, o café verde poderia ser vendido pela metade deste preço, apresentando ainda um bom lucro para o produtor, o comerciante e o próprio consumidor.

O consumidor, — ainda segundo o APAC — estaria em condições de se utilizar de um café mais barato, melhor e mais puro. Já os comerciantes, seriam beneficiados por repassarem a mercadoria diretamente do produtor ao consumidor, sem as despesas com o beneficiamento do produto.

A campanha para o consumo do café verde, que deve ser iniciada em breve, poderá fazer com que um dia o brasileiro volte ao hábito de torrar e moer seu próprio café, consumindo um produto de melhor qualidade por um preço não proibitivo.

Como representantes do Norte do Estado nesta Casa, a maior região produtora de café do Estado, desejamos que a campanha a ser desencadeada pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, tenha pleno êxito, beneficiando assim o setor cafeeiro e o consumidor brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 13 de abril, pela segunda vez, nós usávamos a tribuna no sentido de destacar a maneira como se privilegia, ou poderia se privilegiar, o grande capital, em detrimento dos interesses maiores de uma coletividade.

E falávamos, textualmente, o que o regime privatiza, normalmente, em mãos estrangeiras, o lucro, e busca socializar entre os brasileiros, os custos dos investimentos e recuperação de financeiras falidas, os prejuízos, as dificuldades, até a miséria.

E isso tudo embasava o início das indagações que fazíamos sobre a compra, por parte do BADEP, junto à multinacional VOLVO que, inclusive, o noticiário nacional destacava.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, quando o Líder da maioria nesta Casa, destacava a posição clara do Sr. Governador do Estado que, atentando para os aspectos negativos da negociação, determinara que a mesma fosse suspensa definitivamente, entendemos nós que esse aspecto que levantávamos recebe um certo alívio, face a essa providência tomada.

Parece-nos, sem dúvida, que nesse episódio o Governo do Estado, ao menos utilizou de bom senso. Porque, como explicar ao Paraná, gastar 400 milhões de cruzeiros, exatamente em cima de uma empresa que já recebera todas as benesses próprias do estilo de desenvolvimento econômico que se implantou no País, com toda a infraestrutura, com os benefícios de crédito e investimentos e demais regalias que existem, não só na Cidade Industrial de Curitiba, mas em outros núcleos industriais de Minas Gerais, Rio, São Paulo e outros Estados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o objetivo de estarmos na tribuna, não só para destacar esse aspecto, infelizmente, ainda em tempo de ser interrompida essa negociação que deixava sérias dúvidas sobre a sinceridade de propósitos do BADEP, por ser ele originário da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, transformando-se num Banco de Desenvolvimento de todos os paranaenses.

Em segundo plano, interessa-nos registrar nos Anais desta Casa, aquilo que faz parte do atual conceito administrativo deste País: a visão do tecnocrata.

Sr. Presidente, sem a menor dúvida, os conflitos de interesse estiveram presentes nos bastidores dessa negociação.

Mas, dizia o Secretário da Indústria e Comércio, no dia 15 de abril, “que os dois sócios da VOLVO que pretendiam colocar as ações à disposição do mercado acionário, que ambos pretendiam investir em outros setores e achavam por bem vender os cinco milhões de dólares em ações para o mercado interno.

Porém, os sócios que apareceram não interessavam à VOLVO, que viu no BADEP, uma solução para o problema”, Jornal “O Estado do Paraná”, edição de 15 de abril de 1981.

Esta é a visão clara do tecnocrata. Para ele, Secretário da Indústria e Comércio, conforme se depreende de sua entrevista à imprensa, era uma transação muito interessante. Afinal a VOLVO viu no BADEP uma solução para o problema.

Só se esqueceu o Sr. Secretário da Indústria e Comércio, o aspecto político, o envolvimento social da questão. E aí está a distância quilométrica entre a visão tecnocrática e a visão do político.

Por essa razão, queremos registrar, desta tribuna, por um lado, esse bom senso que teve o Governo do Estado em entender, não a denúncia que fez a Oposição, mas o comprometimento que teria toda uma causa social em desenvolver um banco, como é o BADEP.

De outro lado, Sr. Presidente, exatamente registrar como deprime a visão social e política de uma sociedade, a presença e a ótica de tecnocracia.

Para o Sr. Secretário da Indústria e Comércio, não tenho dúvidas, e aí deve ter havido conflitos no bastidor da administração do Estado, nos bastidores internos do Estado, porque o tecnocrata tem essa visão clara de atentar aos interesses calculistas, monetários, imediatistas.

Mas, cabe ao político, muito mais ao Parlamentar, ter sempre não só o aspecto vigilante do assunto, mas a visão mais alongada, multidimensional e saber que o social está acima do interesse monetário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. tomara que tenhamos esse bom senso, em outras oportunidades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Deputado Federal Hélio Duque.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Não pretendíamos voltar a esse assunto, com relação à transferência de algumas ações da VOLVO do Brasil para o BADEP.

Entretanto, como não aceitamos algumas colocações que fez o nobre líder do PMDB há poucos instantes na tribuna, é que voltamos para esclarecer a posição do Secretário da indústria e do Comércio, para que não se estabeleça aqui uma ilação como pretendeu fazer o Deputado, na manhã de hoje.

Achamos que não havia interesse pessoal do Secretário da Indústria e Comércio, ao intermediar a colocação do percentual das ações da VOLVO no mercado, porque o que se pretendeu evitar era a desparanização do corpo de acionistas da VOLVO, porque, como todos sabemos, a VOLVO obteve algumas vantagens adicionais na sua escolha de implantar a sua indústria aqui no Estado do Paraná exatamente porque a maioria do controle acionário daquela empresa ficou em mãos de empresas genuinamente paranaenses, ou seja, o BAMERINDUS, BADEP, BANESTADO, Viação Garcia, Placas Paraná, etc., etc.

Bem, como dois acionistas manifestaram o desejo de se desfazer das ações e como não apareceu no mercado paranaense

alguém interessado nessas ações, iniciaram-se apenas negociações para que o BADEP, através de um repasse, de um empréstimo que viria do exterior, pedido pela VOLVO, da Suécia, para o pagamento no prazo de oito anos e meio, o BADEP naturalmente ficaria com essas ações, portador dessas ações.

Então o BADEP receberia o dinheiro da VOLVO sueca e, à medida em que fosse colocando as ações, iria devolvendo esse empréstimo.

Entretanto, existia o aspecto negativo que ninguém alertou o Governador. Ele, pela sua acuidade administrativa, atendeu para um dos aspectos negativos da transação. Seria o pagamento de 12 por cento ao ano, de juros, pagamento esse que seria feito em dólar, moeda forte, o que aumentaria ainda mais a nossa dependência com relação ao mercado, ao comércio exterior.

Então, admitindo-se uma hipótese, embora remota, de que nos oito anos e meio de vigência desse contrato de transferência das ações, essas ações não valorizassem, admitindo-se essa hipótese, que não houvesse valorização, que os negócios estagnassem, que não houvesse aceitação por parte do mercado interno dos produtos da VOLVO, o BADEP então seria obrigado a pagar um juro que praticamente dobraria o valor do empréstimo.

Então, como o dinheiro é do povo, como cabe ao Governo ser o guardião legítimo do patrimônio público, o Governo evidentemente já autorizou a continuidade das negociações, apenas porque envolveria um pagamento de doze por cento de juros anualmente, e isso efetivamente pesaria no total do dinheiro a ser devolvido pelo BADEP à VOLVO da Suécia.

Tão somente isso. Que não se pretenda estabelecer algum outro objetivo ao do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, se não é de tentar deixar aqui dentro das fronteiras do Paraná um controle acionário de uma empresa que é hoje genuinamente tão brasileira, mas genuinamente, paranaense.

O único objetivo foi esse. Então, à primeira vista, as negociações pareciam ser vantajosas ao BADEP. Abriu-se a possibilidade de discussão dessas negociações, até que se provou contrariamente as importâncias que seriam pagas a título de juros nos oito anos e meio, pesariam efetivamente no orçamento do BADEP, repito, se essas ações não se valorizassem nesse tempo todo, é que o Governador do Estado, dentro daquela sua sensibilidade que sempre teve na condução dos negócios públicos, e determinou que as negociações fossem suspensas.

Só isso, Sr. Presidente. É a história real dessas negociações que foram iniciadas, mas que não tiveram prosseguimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa registra com satisfação a presença nesta Casa, do Prefeito de Palotina, Sr. Aluizio Valério, e também a presença do Vereador de Apucarana, Antônio Filho, Vice-Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna hoje, motivado pela denúncia que fizemos há dias atrás nesta Casa, e voltamos a insistir na má aplicação dos recursos públicos.

E hoje, o jornal “O Estado do Paraná”, traz as declarações do Presidente da FAMEPAR: “Os recursos repassados às prefeituras paranaenses, através da Secretaria de Desenvolvi-

mento dos Municípios, devem ser depositadas em conta especial do Banco do Estado do Paraná, não podendo ser transferido para outras espécies de operações bancárias”.

O esclarecimento foi feito ontem, pelo Presidente da FAMEPAR, Eleutério Dallazem, acrescentando que a movimentação de contas em desacordo com essa norma, ensejaria certamente, a não aprovação da prestação de contas correspondente no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

“A proibição diversa das verbas está contida na Instrução 01/81 da FAMEPAR, que diz: “na realização da receita das despesas, será utilizada a via bancária, devendo ser os recursos movimentados através do Banco do Estado do Paraná, não podendo ser transferida quer para outra categoria de conta no mesmo banco, quer para outro estabelecimento de crédito, nem permanecer no Caixa da tesouraria das prefeituras”. Ao explicar que estão explicitamente proibidas aplicações em “open market” e “over-night”, Eleutério Dallazem reafirmou sua confiança no pleno cumprimento daquela norma, a bem dos interesses dos municípios, em função dos inevitáveis incômodos decorrentes de não aprovação de contas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, havíamos efetuado uma denúncia nesta Casa, de que a Prefeitura do Município de Apucarana teria repassado verbas da “Secretaria Especial Extraordinária do Sr. Saul Raiz” à Companhia de Desenvolvimento da cidade de Apucarana, e essa, por sua vez, efetuado operações em “over-night”, e, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a missão de representar o povo, no Parlamento, realmente é muito árdua.

O Deputado Gilberto Carvalho, informado que foi pela Prefeitura e pela Companhia de Desenvolvimento de Apucarana, emitiu, no mesmo dia, uma nota dizendo serem inverídicas as nossas denúncias.

Inverídicas, Sr. Deputado, foram as informações que lhe passaram os funcionários da Prefeitura, e pela CODAP de Apucarana, que mentiram ao nobre Deputado. E este, mal-informado pelos homens de Apucarana na missão e no cumprimento de seu dever, teve a infelicidade de emitir uma nota desmentindo o nosso protesto daquele dia.

Mas acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos com o documento que comprova a aplicação de recursos repassados pela Prefeitura, o que vem realmente colocar sob suspensão tanto o Prefeito de Apucarana, quanto o Diretor Presidente da CODAP, que havia negado a aplicação em “over-night”.

É necessário que a Secretaria de Recursos Extraordinários, que deve estar acompanhando as denúncias por nós formuladas, tome as devidas providências, no sentido de apurar...

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Comunico ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado e solicito que conclua sua oração.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Solicito um minuto para concluir.

... criminalmente este tipo de aplicação e punir os responsáveis pela aplicação e pela negativa da aplicação, porque realmente desviaram os recursos que eram destinados à construção de obras públicas em Apucarana.

Portanto, fica aqui o nosso protesto e pedimos, em nome do povo de Apucarana, a punição devida a estes que, na calada da noite, estão desviando verbas e recursos públicos para outras finalidades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) No horário da Liderança do PMDB, consulto a mesma se pretende usar seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Fará uso, Sr. Presidente, o nobre Deputado Deni Schwartz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Com a palavra, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três fatos da atualidade paranaense parecem hoje se costurarem, para um posicionamento de nosso Estado. Há alguns dias atrás, era o Sr. Secretário de Finanças que, numa palestra da Associação Comercial de nosso Estado, afirmava que o Paraná era um ilustre ausente das coisas brasileiras.

Não só informava que somos um Estado que gera mais recursos líquidos para esta Nação, na ordem de um bilhão de dólares em 1979, como fazia uma denúncia que passou despercebida nesta Casa, quando demonstrava também com números, que nós últimos tempos a tão badalada desconcentração industrial do País, pelo Governo Federal, não passa de uma balela.

São dados do próprio Secretário de Finanças deste Estado, e é ele que faz a pergunta que a desconcentração não existe, e que está, realmente, no eixo Rio- São Paulo - Minas Gerais, a grande concentração da indústria brasileira.

E faz ele a pergunta: será que isso se deve ao fato do Sr. Ministro da Indústria e Comércio ser um homem de Minas Gerais?

Outro fato: vivemos, neste momento, o momento da solidariedade.

Desde o PAPA talvez até o vereador do mais longínquo município deste País, se solidariza, dá o seu apoio ao Presidente da República, para que ele combata o terror.

Até os banqueiros — pasmem os senhores — até os banqueiros ontem, resolveram se solidarizar com o Presidente da República.

E não só os banqueiros, até os militares, de repente, descobriram que o Presidente da República é o seu comandante, e o Sr. Florimar Campelo, homem inclusive que já passou aqui no Paraná, um dos generais dos quais eu, pessoalmente, guardo uma boa impressão, também resolveu dizer que está com o Sr. Presidente.

Terceiro fato: há algum tempo atrás, desta tribuna, pedíamos e verberávamos para que o Sr. Ney Braga assumisse o Governo do Paraná.

Tive a felicidade inclusive, de ver que o ilustre líder do Governo nesta Casa, se deu ao trabalho de ouvir e de responder a este Deputado.

Três fatos: ausência do Paraná a nível nacional; solidariedade que se dá a um Presidente da República; e, um Governador que não assume o Governo.

E agora, estamos com os três fatos amarrados, a demonstrar como ontem o Deputado Lineu Turra fez nesta Casa, que é o momento deste Estado assumir inclusive uma liderança nacional, porque não é mais possível, Srs. Deputados, e este esbravejamento é de um paranaense. Se paranaense pudesse ser quatrocentão, este seria um deles. Os meus avós nasceram aqui, meus pais são paranaenses, e eu nasci neste Paraná.

Mas não posso calar, quando vejo a omissão do Sr. Governador, omissão que o compara a um Paulo Malluf, ou a um Antônio Carlos Magalhães, que em cima do muro, esperava saber quais os generais que estão mais fortes, de olho gordo no Palácio do Planalto, como bem disse a imprensa nacional nestes últimos dias.

Por isso, Srs. Deputados, quando o Secretário de Finanças diz que estamos ausentes da Nação e o prova com números; quando os Deputados desta Casa, inclusive os do Governo, verberam que não temos Poder, que não temos as nossas universidades federalizadas; quando, desta tribuna, se desmente o Sr. Secretário de Transportes que diz que no Paraná não existe obras paradas. E aí está o Deputado Darcy Deitos, a desmentí-lo: onde é que está o anel rodoviário? Foi dito desta tribuna.

As obras do anel rodoviário lá de Campo Mourão?

Quando não vemos obras do Governo Federal neste Estado, faço um apelo do paranaense quatrocentão — se assim pudesse ser — para que o Sr. Governador assuma o Governo.

Deveria ter sido a primeira voz a se solidarizar e apoiar o Sr. Presidente da República, pois ele, que se diz tão testado nas urnas — apesar de não ter ido às urnas na última década, nos últimos dez anos — ele que se diz tão testado nas urnas —, deveria ter levantado a sua voz em primeiro lugar, deveria ter nos liderado, liderado este País. Nenhuma palavra.

E por isso, Sr. Presidente, eu temo que estejamos vivendo a mesma titubeante atitude de 1964, quando apenas depois de definidas as coisas, o Governador de então, o Governador de hoje, resolveu se decidir.

Este Paraná tem de tomar em suas mãos as rédeas de seu destino, sem esperar que outros o façam.

Sr. Presidente, como gostaríamos nós, da Oposição, até enciumados, de poder, também nesta Casa, assinar, endossar algum requerimento que, porventura, pudesse ser feito aqui nesta Assembléia, de apoio irrestrito ao Sr. Governador, por posições corajosas que, porventura, tivesse tomado.

Infelizmente, Sr. Presidente, este requerimento, para este paranaense, não é possível ser assinado, porque motivos não os há para assiná-lo.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado, realmente são de extrema importância as colocações que Vossa Excelência faz da tribuna.

Quem fecha os olhos para a verdade, realmente está endossando a mentira. Quem não quer apoiar, de imediato, na hora mais séria, os amigos da democracia, cala e silencia, é conveniente com os inimigos da democracia.

Não há dúvidas que a sociedade civil, num todo, repudia os atentados terroristas, o Governo do Estado do Paraná até agora, não se manifestou. Tive o cuidado, ilustre Deputado, de vasculhar os jornais dos últimos dias — porque já se oito dias do episódio lamentável — e não encontrei uma nota oficial, uma manifestação clara e definida.

E ainda ontem ouvi da tribuna, dizer que o Governador estava vigilante, e que não se pode acusá-lo porque é um democrata em tantas coisas mais.

Que democrata é este que, na hora em que a democracia está em jogo, faz tal qual alguns, se esconde como o avestruz, põe a cabeça na areia para não ver o que está acontecendo no exterior.

É de fundamental importância a cobrança que Vossa Excelência faz, não em nome do PMDB ou da Oposição, mas da sociedade do Paraná, porque é inadmissível que se passem oito dias e o silêncio paire no Palácio Iguaçu, enquanto toda sociedade angustiada vive momentos tensos, de um Governo do Paraná que diz o melhor democrata, é o maior ausente nesse episódio todo.

Por isso, Deputado, cumprimento-o pela sua posição muito clara, mas tenho a certeza que a sociedade também haverá de cobrar. E que se faça, como disse o Comandante do Terceiro Exército, na homenagem que lhe foi prestada em São Paulo, há questão de poucos dias: “Que os atos terroristas estão sendo julgados pela nossa própria sociedade”. E eu acrescentaria, os omissos também ficarão em sentença popular, pela sua grande omissão.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Nilton Friedrich, dizendo e repetindo que gostaria imensamente, de neste momento, sem constrangimentos, e repito, enciumados até, assinar o requerimento. Requerimento que acredito, se possível fosse, que em todas as assembleias legisla-

tivas, requerimento de um Governador que, testado nas urnas, democrata que diz ser, estivesse a liderar neste País, talvez a todos os demais governadores, sendo uma opção.

E aí sim, o Paraná estaria orgulhoso, talvez esse Governador conseguisse a sua grande meta, a Presidência da República.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Deni Schwartz, não tive o cuidado que teve o líder de Vossa Excelência em acompanhar a imprensa estadual, se o Governador, em alguma oportunidade, disse ou não alguma coisa a respeito dos atos terroristas do famoso primeiro de maio.

Mas quero dizer a Vossa Excelência que a minha discordância com o que Vossa Excelência fala, se refere a dois fatos:

Primeiro, que não posso concordar, Deputado Deni Schwartz, por maior boa vontade que tenha, em que Vossa Excelência, sua bancada, seu Partido, sejam sempre os donos da verdade, neste País.

E, às vezes, muitos companheiros seus e Vossa Excelência nesta oportunidade, colocam as coisas dessa forma.

Em segundo lugar, mesmo em hipótese que o Governador Ney Braga não tenha dito oficialmente alguma palavra a respeito do que aconteceu em primeiro de maio, óbvio ululante, é evidente que ele se solidariza e se coloca ao lado dos Partidos conscientes que repudiam o que lá ocorreu, e diria a Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, que não se pode julgar alguém, não se pode crucificar alguém por um ato.

Quantas vezes Vossa Excelência não se omitiu, ou Vossa Excelência não esteve presente em determinada oportunidade, em um assunto qualquer de ordem política na sua região ou no seu Estado?

Quantas vezes cometemos alguns erros em função de dezenas ou centenas de motivos ou circunstâncias de época?

Então, não podemos julgar toda uma vida política de um cidadão, como não quero que julguem a sua, Deputado Deni Schwartz, nem a minha, mais tarde, e nem a de algum dos Membros da Casa, sejam julgados por um ato que tenhamos contido em nossa vida pública de 10, 15, 20 ou 30 anos.

Esta é, acho, a falta de espírito de compreensão por parte de Vossa Excelência. Acho que não se pode julgar a vida pública de uma pessoa, através de um, dois ou três atos. Não podemos esquecer que Vossa Excelência é um dos homens que já esteve ao lado de Ney Braga, como Ney Braga há poucos dias falava numa roda íntima numa cidade do interior que se sente orgulhoso, como Vossa Excelência se sente como paranaense, em saber que todos os homens que hoje disputam o Governo do Estado, nasceram junto à sua política, junto à sua orientação política, junto à sua militância política, junto ao seu exemplo político.

Isso realmente, talvez poucos homens públicos deste País possam se orgulhar. Todos os homens que concorrem hoje ao Palácio Iguaçu, nasceram no berço político de Ney Braga, e esses homens, muitas vezes, foram ingratos e incoerentes com Ney Braga.

Mas Ney Braga hoje, esqueceu tudo isso. Ele acho que é motivo de orgulho para ele, saber que esses homens todos foram nascidos do ventre político do PDC e de sua expressão política.

Portanto, não concordo com Vossa Excelência em querer crucificar o nosso Governador em não ter dito alguma palavra oficial a respeito do primeiro de maio.

Fica aqui a minha contestação respeitosa a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quero responder alguns tópicos que o ilustre Deputado traz ao debate:

Primeiro: não estamos a julgar alguém porque isto aqui não é um corpo de jurados. Estamos a relatar e a esbravejar, como paranaenses que somos, e não estamos julgando ou esbravejando em função de um ato; citamos 1964 e 1981.

São dois momentos idênticos, com atitudes idênticas. Não fomos nós que julgamos e pusemos na imprensa a posição do Sr. Ney Braga em 1964. Talvez amanhã a sua ação no dia primeiro de maio, seja semelhante àquela de 1964.

Segundo: a história de ser ingrato virou neste Paraná...

Todo mundo é ingrato com o Sr. Governador. Ele não admite que aqueles que divergiram de sua linha, e isso é uma ingratidão.

Mas, meus senhores, quando no Pará o Governador Alacid Nunes briga com o Sr. Jarbas Passarinho, ele é considerado traidor e o que será um Governador que não se solidariza com aquele que lhe deu o cargo? Não haverá ingratidão maior que essa? Não será o Sr. Ney Braga um homem que foi nomeado por este sistema que aí está, sistema ao qual ele não se solidarizou. Não é ingratidão também?

Há que se dar um basta nesta história que todos nós devemos ao Sr. Ney Braga até o fato de existirmos como Estado, absolutamente. Sou um profissional que entrei no Governo para prestar serviços, e assim o prestei, José Richa trabalhou com o Sr. Ney Braga porque era um homem que estava saindo dos bancos escolares, e o momento era aquele.

E nós temos dito muitas vezes, até desta tribuna, que em 1961, o Sr. Ney Braga, na verdade, fez uma verdadeira — digamos assim — reforma nesse Estado. E para isso, muitos paranaenses e não paranaenses contribuíram. Mas isto não quer dizer que eles devam ter gratidão eterna, porque essa gratidão não seria merecida. Mas, somos pessoas independentes e, homens que, àquela época eram Oposição e hoje são Situação, como ficaríamos?

O Sr. Nilso Sguarezi — Apenas um aparte.

Só para lembrar Vossa Excelência, que em 62, houve uma omissão deliberada do Governo do Estado, quando houve a legalidade, o Sr. Ney Braga, naquela ocasião, também se omitia, Deputado Deni Schwartz, esperando ver quem foi o vencedor para daí, mostrar a sua posição.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a tolerância da Mesa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto a Liderança do PTB se deseja usar do seu horário.

Havendo declinado consulta a Liderança do PP.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Consumidor. - Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 111/80, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva”, com sede e foro na cidade de Marialva.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 111/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARIALVA, com sede e foro na cidade de Marialva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Renato Bernardi, Relator.

Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação para constatação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

15 Srs. Deputados aprovam; Nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/80.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 159/80, 161/80, 164/80, 174/80, 177/80 e 21/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 131/80, 02/81, 03/81, 15/81 e de Resolução n.ºs 01/81, 02/81, 03/81, 04/81, 05/81, 06/81 e 07/81.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 191/81

I — exonerar, FERNANDO PEREIRA KOSOP, do cargo em Comissão, símbolo 6—C, de Intérprete de Cerimonial.

II — prover, JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6—C, de Intérprete de Cerimonial, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.05.1.981.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Direção Geral

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 363/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ FERNANDO FLORES, matrícula n.º 481, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174,

de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975; o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 30 de julho de 1.972 e 30 de dezembro de 1.975 antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1.º decênio e das férias referentes aos anos de 1.967, 1.973, 1.974 e 15 dias de 1.972, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 30 de outubro de 1.979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 485)

PORTARIA N.º 364/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HILDA MATHIES BLANC, matrícula n.º 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 22 de fevereiro de 1.981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 906)

PORTARIA N.º 365/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3167)

PORTARIA N.º 366/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula n.º 186, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro

de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.979, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1.976 e 07 de janeiro de 1.980, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 3.º quinquênio e das férias dos anos de 1.976, 1.977 e 1.978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 1260)

PORTARIA N.º 367/81

revogar a Portaria n.º 631/80, de 1.º de outubro de 1.980, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, o funcionário IVAN BORGESDE SAMPAIO, ora à disposição deste Poder.

(Protoc. n.º 3026)

PORTARIA N.º 368/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de OSVALDO FARIA, matrícula n.º 345, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979 e 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3007)

PORTARIA N.º 369/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 411, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3154)

PORTARIA N.º 370/81

revogar a Portaria n.º 316/79, item II, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário DILMAR ABILIO ARHEGAS, matrícula n.º 041, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 3340)

PORTARIA N.º 371/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de GENI CARNEIRO, matrícula n.º 284, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo

de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 28 de março de 1.977 e 28 de janeiro de 1.981, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 4.º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1.977, 1.978 e 1.980 (supra) contadas em dobro, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 28 de janeiro de 1.981, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 2896)

PORTARIA N.º 372/81

I — revogar o item II, da Portaria n.º 784/77, que designou para prestar serviços como Motorista do Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário DIRCEU DA SILVA, contratado deste Poder, pela Administração; e,

II — designar o citado funcionário, para prestar serviços como Motorista do Serviço de Assistência Social, a partir de 15 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2964)

PORTARIA N.º 373/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n.º 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975.

(Protoc. n.º 2652)

PORTARIA N.º 374/81

antecipar para o período de 22 de abril a 21 de maio do corrente as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, à funcionária MARIA LEONILDA ROCHA, matrícula n.º 427, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2598)

PORTARIA N.º 375/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de HONORINO LUIZ COLLA, matrícula n.º 505, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979 e 1.980, que deixou de

gozar.

(Protoc. n.º 2651)

PORTARIA N.º 376/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula n.º 189, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1.972 e 07 de novembro de 1.976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1.º decênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 07 de outubro de 1.980, data em que, em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 2255)

PORTARIA N.º 377/81

conceder à funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n.º 064, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 19 de janeiro de 1.981, data em que completou cinco (05) anos de serviço públi-

co, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%) de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 2176)

PORTARIA N.º 378/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, matrícula n.º 470, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1.980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 1146)

PORTARIA N.º 379/81

— mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de DILMAR ABILIO ARCHEGAS, matrícula n.º 041, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 25 de janeiro de 1.981, data em que completou 33 (trinta e três) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 1201)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.05.1.981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL